

SER E NÃO SER PROFESSOR DE FILOSOFIA

José Arthur Giannotti

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas.

De certo modo a História das Idéias no Brasil não mais se resume na descrição das célebres vagas procedentes das metrópoles, hoje as influências externas são repostas por um debate que tende a ser nacional. Sem dúvida a dependência de cultura se faz sentir a todo momento e em qualquer domínio, mas sem que se desenhe propriamente uma tradição, já se pode perceber um grau mínimo de auto-referimento.

Foi a Universidade, no campo da Filosofia, que ordenou esse debate, mas o fez à sua maneira, subordinando-o a seus rituais burocráticos. Nos últimos anos o grosso de nossa produção filosófica provém de teses de mestrado e de doutoramento. Mas se a tese serve para socializar o docente no meio da burocracia, nem sempre ela própria se socializa pela publicação; depois de assegurar a seu autor um passo adiante na carreira, muitas vezes ela mergulha no sono da gaveta. São de variados tipos as dificuldades de edição: nem sempre o que está pronto para uma defesa de teses vale para um público mais amplo, este encontra dificuldade em acompanhar o passo acadêmico das idéias, além do mais, ler se torna cada vez mais oneroso por causa do preço astronômico do livro — hoje em dia uma editora prefere publicar uma rápida tese de mestrado a publicar um alento do doutoramento.

Junto à Academia a produção filosófica assumiu ares de bom comportamento. Este não foi perturbado nem mesmo, pelos raios purgatórios da Revolução; punidos e poupados todos continuaram a produzir o mesmo estilo moderado dos anos 60. Na produção de hoje falta ousadia, verve, até mesmo aquela ferocidade pelo rigor que marcou a introdução do estruturalismo entre nós. Distanciamo-nos da sutil ironia de Cruz Costa, das maluquices do ISEB, das agulhadas heideggerianas de Vicente Ferreira da Silva e da gula antropofágica de Oswald de Andrade. Somos herdeiros dos chato-boys, esta primeira geração engravatada que a Faculdade de Filosofia produziu. Inegavelmente somos mais sábios, aprendemos a desarticular os textos segundo as respectivas anatomias e na língua original, sobretudo, somos melhores didatas, fazendo com que alguns alunos pelo menos logo se ponham a nível dum estudante europeu ou americano. Seríamos, entretanto melhores professores ou intelectuais tão criativos? Participaríamos de maneira tão intensa do debate das idéias nacionais?

Se logramos auto-referimento, não alcançamos um nervo de tradição. Por certo, o mais provinciano dos provincianos dos resenhadores, suponhamos de Althusser, não pode mais anunciar uma nova edição do mestre sem se reportar ao debate brasileiro sobre o althusserianismo. Nossa produção filosófica não está mais rasgada pelo dilema, universitários, dum lado, e antiuniversitários, de outro. Muitos daqueles que vociferavam contra a Universidade entraram nela, pela porta da frente ou pela porta dos fundos. E mesmo dentre aqueles que foram atingidos pelos expurgos reacionários, muitos continuaram com uma produção parauniversitária. Tudo isso engrossou a onda da Filosofia, fez com que um escrito comece a reportar-se a outro, sem contudo engajar a produção filosófica num diálogo com as artes e toda a cultura que se trama entre nós. Estamos ainda muito próximos do pastiche de Althusser, Foucault, Deleuze, com os ventos novos, Popper e Quine.

Para evitar essa macaquite cabe-nos então encarar temas de cunho brasileiro, escrever a teoria do ser gaúcho ou nordestino ou ainda a metafísica do carioca? Sem dúvida que não. A Filosofia se alimenta de indagações próprias, contínua e sistematicamente retomadas no decorrer de sua história. Fazer Filosofia no Brasil significa refletir sobre tais questões, por assim dizer, eternas na medida de sua mutabilidade. Nem por isso, entretanto, passamos a advogar uma Filosofia perene; muito pelo contrário, constatamos que ela existe quando se torna grega, francesa, alemã ou inglesa. Em que plano, porém, se tecem tais peculiaridades? Se, no fundo dos fundos os grandes autores parecem dizer a mesma coisa, remoer os mesmos temas, o fazem primeiramente de molde a cunhar um estilo próprio, explorando um contexto de significações explícitas e implícitas. Quando os idealistas alemães trataram de Aristóteles ou Espinosa, estavam criando uma imagem alemã de tais filósofos. Um escrito se torna nacional, não por causa de seu conteúdo discursivo não por ter como alvo qualquer coisa como a germanidade, mas, antes de tudo, em virtude de certo estilo, de maneira de escrever e imbricar significações que, no fundo, reflete uma prática social particular.

Na superfície, a prática do filósofo parece resumir-se ao tecido do discurso, logo percebemos, porém, que está sendo atravessada por um exercício semântico a contrapelo. Nisto ela se aproxima da Ciência que procura substituir uma significação cotidiana por outra mensurável ou mais próxima duma medida, desse modo, adquirindo condições de repetição diferentes daquelas do mero falar. A Ciência não dispensa uma linguagem artificial que revele estas novas condições de objetividade, assim como a Filosofia não prescinde de artifícios lingüísticos que expressam as rupturas

que ela opera no modo de referir-se aos objetos cotidianos. A Filosofia mede mas está sempre pondo em cheque as medidas que supõe a língua comum; não trata de encontrar parâmetros que possam ser assumidos nos laboratórios ou em contexto de experiências controladas, pretende simplesmente questionar significados comuns no que respeita a seus modos de adequar-se a objetos criados pelas práticas de socialização.

O **cogito** cartesiano, por exemplo, não significa apenas a mera retomada dum tema agostiniano, nem a peça central duma cadeia dedutiva que tenta dar à metafísica o estatuto de ciência. Consiste igualmente num questionar a identidade da pessoa, descobrindo que seu princípio de individualização passou a fundar-se na reflexão, por conseguinte, no movimento de pôr-se como elemento autônomo, desvinculado das peças medievais que a incrustavam numa dependência que perdera o sentido para o mundo burguês. Do mesmo modo, a dialética idealista não encontra sua origem tão-só na crítica da oposição metafísica entre o finito e o infinito, mas também numa prática que tendia a sublinhar a infinidade da pessoa humana num contexto contra-revolucionário, a fim de que esta pudesse recuperar no plano da ideologia o que perdera no plano político. Em poucas palavras: a despeito de seu formalismo, o questionário filosófico não é neutro. Como atividade discursiva está mordendo um campo semântico e, com isso, sentidos dirigidos a estados de coisas que estão emergindo de práticas novas. Assim é que se torna crítica da linguagem, daquelas ruínas de pensamento que entravam a reflexão cotidiana. O instrumento perene funciona como redução eminentemente datada.

Ora, a questão que se coloca no Brasil de hoje, não é, pois, escrever a Filosofia duma peculiaridade qualquer, unicamente pensar a Filosofia e, por meio dela, aproximar nossa linguagem e seus parâmetros daquilo que estamos vindo a ser. Nem todos os povos possuem Filosofia ou carecem dela, mas aqueles que a praticam é para montar uma espécie de aparelho de racionalização, raio-X capaz de radiografar suas próprias atividades. Acontece que tais atividades são contraditórias, atravessadas por modos de ser e interesses irreconciliáveis. No capitalismo tardio, sem dúvida esses conflitos não mais assumem na superfície a característica de um confronto de classes irredutíveis, pois a necessidade duma contínua intervenção do Estado, na economia, despolitiza o conflito social, faz com que este mesmo Estado não seja o objeto da política, mas o ator político por excelência. O apolitismo das massas contemporâneas parece consistir na expressão política dum impedimento dessas mesmas massas chegarem à raiz daquilo que as massificam; vale dizer: a função capitalista do Estado exigir de cada um que se manifeste tão-só como cidadão independente.

Este se relaciona direta e abstratamente com um poder, todo ele articulado, entretanto, de maneira que o fundo público — a sua condição de permanência e repetição — fique posto a serviço da acumulação capitalista. Durante a fase concorrencial do capitalismo, o Estado era produtor de normas e valores de uso que viessem assegurar o andamento geral da produção como um todo. Na fase monopolista, o próprio Estado passa a produzir, quer valores de troca, quer valores de uso, porém, na quantidade necessária para assegurar o processo de acumulação e não mais, como anteriormente, para cumprir uma demanda gerada pelo capital. Em suma, na fase concorrencial, o Estado produzia educação ou saúde em vista do sistema como um todo. Hoje, produz essa mesma educação ou saúde, mas na quantidade necessária para evitar as crises. Daí funcionar ele próprio como capital, valor posto a serviço do processo de acumulação, daí uma explosão da unidade tendencial das classes básicas que não logram atingir a forma de para si, pois o Estado atravessa seu processo de individualização, tornando-se o interlocutor que cada agente deve enfrentar em primeiro lugar.

A escolha do filósofo está diante de sua mão. Conforme vem a ser professor, está pronto para servir a este Estado que, nas condições de hoje, é autoritário na raiz. Basta ser filósofo professor, no âmbito restrito de sua atuação docente, para transformar-se num agente camuflado do autoritarismo e do processo político de despolitização. A própria escola, porém, torna-se processo contraditório; promete educação oferecendo-a todavia na quantidade e na qualidade que interessem não à demanda por ela, mas antes de tudo à necessidade de empregar educadores e surrupiar os estudantes do mercado de trabalho. Esses serviços funcionam para assegurar a continuidade do processo de acumulação contra as crises clássicas. Vivendo no meio duma contradição inevitável, pode o filósofo optar então por uma marginalidade crônica. Se vive na Universidade, é para contestar suas normas burocráticas, o conteúdo apolítico do ensino e o valor da própria escola como instrumento de ascensão social e de produção de um pseudoconhecimento. Mas, para isso, necessita levar sua voz para além dos muros universitários e aliar-se com aqueles que igualmente, em suas práticas cotidianas, estão pondo em xeque a prevalência do Estado e do capital. Como cumprir essa tarefa sem deixar de ser filósofo e professor ao mesmo tempo? Esta é uma questão prática a que não cabe ditar normas e que só pode ser resolvida com pequenos acertos e grandes enganos.